

Cadastramento dos posseiros de Aribiri termina segunda



AJ17493

Membros da comissão de liderança dos posseiros, auxiliados pela Comissão de Direito à Moradia, da Arquidiocese de Vitória e por Maria Clara Silva, representante da comunidade do bairro de Aribiri, iniciaram ontem, às 14 horas, o cadastramento das cerca de 200 famílias de invasores que ocupam uma área de mangue de propriedade da família Vereza, naquele bairro. Na próxima segunda-feira o levantamento será entregue a Fernando Vereza, que prometeu doar alguns lotes às famílias comprovadamente carentes.

Eva Vieira, da Comissão de Direito à Moradia, deu início ao cadastramento, posteriormente assumido por Maria Clara e demais membros da comissão de invasores. Durante os trabalhos os invasores relataram suas condições de vida (salário, número de filhos, e moradia, antes de terem ocupado o manguezal). 70 famílias já haviam sido cadastradas nas primeiras duas horas e entre elas prevaleciam: desemprego e prole numerosa com uma pequena minoria percebendo um salário mínimo mensal.

O grande número de desempregados, incluindo homens e mulheres, surgiu em decorrência da própria ocupação da área. Para manterem seus pequenos lotes, demarcados no manguezal, os invasores se colocaram em plantão permanente, temendo a derrubada de seus barracos pela Justiça ou ainda a perda dos mesmos para qualquer aventureiro. Na última quarta-feira, segundo eles, mais de 50 barracos foram destruídos e em decorrência desse fato cinco famílias desabrigadas encontram-se instaladas na igreja católica de Aribiri.

Ontem à tarde Fernando Vereza, filho de um dos dez herdeiros da área (Maria Elisa Serrano Vereza Coutinho) se reuniu com a comissão de liderança dos invasores e com o advogado da Comissão de Justiça e Paz, Nestor Cinelli, onde, mais uma vez, solicitou rapidez no cadastramento. "Segunda-feira chega a Vitória um tio meu, também herdeiro, e



O cadastramento começou ontem e vai atingir cerca de 200 famílias

na ocasião receberemos o levantamento feito. A partir daí, faremos a triagem. Mas o prazo de retirada dos barracos (dez dias para as grávidas e 5 para as famílias numerosas) continua de pé. Só a partir da saída dos invasores é que daremos alguns pequenos lotes", disse ele.

Amanhã, os invasores reúnem-se na igreja católica, às 19 horas, e discutem a listagem a ser entregue a Fernando Vereza. Enquanto isso todos mantêm o firme propósito de não deixar o local onde nos três meses de ocupação (que Fernando garante não ter chegado a dois) já nasceram três bebês, todos do sexo masculino.

Ali eles estão vivendo, em condições precárias de higiene (não há água e luz no local) sofrendo a ação das picadas de mosquito que os deixam extremamente "pintados" de vermelho. Um desses bebês é Wellington de Paula, com 5 dias de nascido e filho de Marleni Dalva e Demiciano de Paula. O casal tem, agora oito filhos menores (o mais velho com 14

anos) e sobrevive às custas da comunidade de Aribiri. Dela recebem alimentação, uma vez que Demiciano não trabalha e Marleni não tem condições, momentaneamente, de trabalhar como faxineira.

Também em condição subumana Luiz Carlos Badtquer e sua mulher Maria Goreth Ferreira Lima, procedentes de Baixo Guandu, vêm criando um bebê com dez dias de nascido. A criança ainda não foi registrada (por falta de dinheiro para o pagamento da taxa de registro, orçada em Cr\$ 700,00) e ainda não possui nome. Luiz Carlos e sua mulher, que contam agora com uma terceira boca para alimentar, estão na invasão há um mês e há cinco ele não trabalha.

"O povo aqui é muito bom. Hoje mesmo ganhei uma lata de Mucilon e assim a gente vai vivendo. Em Baixo Guandu eu quebrava pedras e ganhava Cr\$ 2 mil por semana. Aqui, no último domingo, ganhei essa quantia vendendo picolé.